



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 03/2020
(Pregão Eletrônico - Registro de Preços)
Protocolo n.º 3275/2019

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 06/03/2020 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, UASG (070019), por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 257/2019 da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço POR LOTE**, regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e seus anexos.

1.1 - No dia **06 (seis) de março de 2020, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, na Sala da Comissão Permanente de Licitação do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a Proposta Detalhada – Anexo II, a Ata de Registro de Preços – Anexo III, o Termo de Sigilo e Responsabilidade - Anexo IV e a Minuta de Contrato – Anexo V.**

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecer **solução unificada de gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web, compreendendo aquisição de serviços de software e suporte 24x7**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral (Órgão Gerenciador), do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (Órgãos Participantes) conforme especificações descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 – Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério da Economia.

3.1.1 - A licitante deverá manter seus dados (*e-mail* e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresse no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.3 – Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados.

3.4 - As condições exigidas nos itens 3.2 e 3.3 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

3.5 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.5.1 - A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de

assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.7 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.7.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.8 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.8.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.8.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.9 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS¹ E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário de cada item**, bem como dos documentos de habilitação informados neste edital, caso haja, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 – Além dos documentos solicitados no item acima, as licitantes deverão encaminhar, via sistema, a Proposta Detalhada (Anexo II), especificando todas as licenças e serviços descritos no Termo de Referência – Anexo I, bem como a documentação técnica (*datasheets*) descrevendo todas as funcionalidades da solução, no idioma português ou inglês.

4.1.2 – As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF.

4.1.3 - A licitante deverá encaminhar, também, as seguintes informações cadastrais por meio do sistema, em documento eletrônico próprio (anexo), sendo vedado o seu envio no campo da descrição detalhada do objeto, sob pena de desclassificação em razão da identificação da proposta antes dos lances:

- a) Nome do representante legal que assinará o contrato:.....
- b) CPF do representante Legal:

¹ **Atenção:** A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

- c) Cargo que ocupa:
- d) Telefone fixo:
- e) Telefone celular:.....
- f) E-mail:
- g) Endereço completo (com CEP) para fins de faturamento:
- h) Endereço completo (com CEP) para fins de envio de correspondência:

4.1.4 - Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - Os valores máximos unitários estimados para cada um dos itens que compõem os lotes constam no item 2.1 do Termo de Referência.

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 - As quantidades ofertadas na proposta, para cada item, deverão corresponder ao quantitativo total estimado no item 2.1 do Termo de Referência.

4.6 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas² (fretes, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.7.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.8 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.9 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.10 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento "Relação de Itens") não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

² Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/2017).

4.11 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, de que a empresa não emprega menor, de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e declaração de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 para a qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa³, se for o caso (conforme item 9.3).

4.11.1 - As declarações citadas acima somente serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - O pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelo **valor UNITÁRIO de cada item**, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para todo o lote.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de **R\$ 1,00 (um real)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 – Embora a classificação final seja pelo valor total do lote, a disputa será por item e os lances ofertados deverão estar dentro do valor estimado

³ art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

máximo constante neste edital. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor total do lote, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o menor valor total do lote.

7.5 - No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.6 - Nesta fase o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexecutável.

7.7 – Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

7.7.1 - A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.7.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.7.1, a Sessão Pública será encerrada automaticamente

7.7.4 - Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.7.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.8 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

7.9 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.10 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2 - Caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativa, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou cooperativa, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.
- b) caso o lance ofertado, conforme condições do item acima, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, se habilitada.
- c) não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.
- e) na hipótese da não-contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa nos termos previstos neste Edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atendidos os demais requisitos.

8.3 – O não encaminhamento dos documentos solicitados no item 4.1.1, deste edital, ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

8.3.1 – A licitante deverá encaminhar os documentos constantes no item 4.1.1 devidamente configurados, e em formato para impressão.

8.4 – O pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **menor preço unitário do lote**,

8.4.1 - Para a aceitação da proposta a licitante deverá atentar para o fato de que os valores deverão conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas 02 (duas) casas decimais.

8.4.2 - Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o pregoeiro efetuará a referida adequação.

8.4.3 - Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 4.5 deste edital.

8.5 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor valor do lote** e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.5.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

8.6 – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a) não atenderem às exigências deste edital;
- b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

8.6.1 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.6.2 – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.4, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29 da Lei nº 8.666/93, sendo que a comprovação desta habilitação será obtida *on line* pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

9.2.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o pregoeiro poderá consultar o(s) documento(s) da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

9.2.1.1 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁴.

9.2.2 - Para as microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Os documentos originais, comprobatórios da regularização, deverão ser protocolados em até 2 (dois) dias úteis neste Tribunal.

⁴ Conforme IN 03/2018 SICAF.

9.2.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.2.3 - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1.971

9.3 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes a declaração de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa⁵, se for o caso, declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.11).

9.4 - Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

⁵ Art. 34 da Lei nº 11.488/2007

9.6 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9.7 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei nº 10.520/02, artigo 4º e seus incisos.

10 – DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO⁶

10.1 – No momento da entrega da licença e da prestação dos serviços a contratada deverá apresentar o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme modelo constante no anexo IV e conforme item 2.2.44 do Termo de Referência anexo I), garantindo o sigilo dos dados com que vier a ter contato durante a instalação e durante a utilização da solução de software.

11 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. – O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

11.2 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

11.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

11.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica pelo e-mail cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo pregoeiro.

12 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 – O Cadastro de Reserva será formado por meio do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

12.1.1 – A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita via *e-mail*, gerado pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

12.1.2 – Ao final do processo, o referido Cadastro de Reserva poderá ser visualizado na consulta pública de visualização da Ata, juntamente com as demais informações como “Resultado por Fornecedor”, “Declarações”, “Termo de Homologação”, etc.

12.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item 12.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

12.3 - Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8 e 9 deste edital.

⁶ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

13.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

13.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 12, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

13.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

13.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

13.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

13.6 - Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

14 - DA ATA COMPLEMENTAR

14.1 - Na hipótese da empresa vencedora ou aquelas que aceitaram reduzir seus preços, após cumprido o contido no item 12.1, não assinarem a ata de registro de preços será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013.

14.2 - As empresa citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

15 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

15.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

15.2 - Uma vez homologado/adjudicado o item à empresa vencedora, solicitado pelo gestor da Ata e devidamente autorizado pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá a emissão da NOTA DE EMPENHO.

15.3 - O TRE-PR (Seção de Contratos) convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar

da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - Conforme especificações constantes na minuta do contrato (Anexo V).

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Durante a fase externa da licitação⁷, as licitantes estarão sujeitas à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *“quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”*

17.2 - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses;

17.3 - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

17.4 - Reputar-se-ão comportamentos inidôneos, para os fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93.

17.5 – Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas no Instrumento Contratual (anexo IV deste edital).

17.6 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços ou Instrumento Contratual, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

17.7 – As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda⁸ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que por ventura venha a substituí-lo.

⁷ Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.

⁸ Art. 1º, inc. I, da Portaria n.º 75, do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - Das decisões proferidas pelo pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 44 e parágrafos do Decreto nº 10.024/2019.

18.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

18.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

18.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – Tanto no julgamento das propostas quanto da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do art. 47 do Decreto nº 10.024/2019.

19.2 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário de funcionamento deste Tribunal (12h às 19h).

19.3 - No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

19.4 - Este Tribunal reserva-se no direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

19.5 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

20 - INFORMAÇÕES

20.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital por meio da internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

20.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos na Rua João Parolin nº 224, Seção de Licitações - sala

C386, ou ainda:

- Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 e 3330-8450 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br.
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3330-8753 e 3072-4796 ou e-mail slic@tre-pr.jus.br.

20.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 19h.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2020.

Julian Velloso Pugh
Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Registro de Preços para aquisição de solução unificada de gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web, compreendendo aquisição de serviços de software e suporte 24x7, de acordo com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

2 – DAS ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS

2.1 - Poderão ser contratados os itens abaixo, agrupados em LOTES, conforme quantitativos, características e especificações a seguir:

LOTE	Item	Código SIASG	DESCRIÇÃO	Quantidade			Valor Máximo aceitável Unitário (R\$)
				TRE/PR	TRE/SP	TRE/RR	
1	1	27502	Licenciamento de plataforma de gestão de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede, contemplando no mínimo 250 endereços IP, por ano de uso.	09			51.538,03
	2	27502	Licenciamento para solução de análise dinâmica em aplicações Web, pacote para 10 domínios (FQDN), por ano de uso.	06			41.200,33
	3	20052	Instalação, configuração e treinamento inicial para uso da solução, com período mínimo de 16 horas	01			11.500,00
2	4	27502	Licenciamento de plataforma de gestão de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede, contemplando no mínimo 250 endereços IP, por ano de uso. (Desmembrado do 1 – Local de entrega)		03		51.538,03
	5	27502	Licenciamento para solução de análise dinâmica em aplicações Web, pacote para 10 domínios (FQDN), por ano de uso. (Desmembrado do 2 – Local de entrega)		03		41.200,33
	6	20052	Instalação, configuração e treinamento inicial para uso da solução, com período mínimo de 16 horas. (Desmembrado do 3 – Local de entrega)		01		11.500,00
3	7	27502	Licenciamento de plataforma de gestão de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede, contemplando no mínimo 250 endereços IP, por ano de uso. (Desmembrado do 1 – Local de entrega)			01	51.538,03
	8	27502	Licenciamento para solução de análise dinâmica em aplicações Web, pacote para 10 domínios (FQDN), por ano de uso. (Desmembrado do 2 – Local de entrega)			01	41.200,33
	9	20052	Instalação, configuração e treinamento inicial para uso da solução, com período mínimo de 16 horas. (Desmembrado do 3 – Local de entrega)			01	11.500,00

2.1.1 – Os itens abaixo referem-se exatamente ao mesmo objeto. Foram desdobrados em itens distintos devido ao local de entrega ser diferente:

- a) 1, 4 e 7;
- b) 2, 5 e 8;
- c) 3, 6 e 9.

2.2 – Características Gerais:

2.2.1 - A solução deve ser capaz de realizar varreduras (*scans*) de vulnerabilidades, avaliação de configuração e conformidade (*baseline* e *compliance*), indícios e padrões de códigos maliciosos conhecidos (*malware*).

2.2.2 - A solução deve possuir recurso de varredura ativa, onde o scanner comunica-se com os alvos (ativos) por meio da rede.

2.2.3 - A solução de gestão de vulnerabilidades deve suportar varreduras de dispositivos de IoT.

2.2.4 - Deve ser capaz de identificar no mínimo 45.000 CVEs (*Common Vulnerabilities and Exposures*).

2.2.5 - A solução deve ter a capacidade de adicionar etiquetas (*tags*) aos ativos de maneira automática, manual e possibilitar o uso de regras com parâmetros específicos para aplicação das mesmas.

2.2.6 - Deve atribuir a todas as vulnerabilidades uma severidade baseada no *CVSSv3 score*.

2.2.7 - A solução deve calcular a criticidade com base nos dados agregados e consolidados do ativo, dados de segurança, sistema e conformidade, bem como hierarquias e prioridades.

2.2.8 - A solução deve fornecer criptografia de ponta a ponta dos dados de vulnerabilidades.

2.2.9 - A solução deve possuir a capacidade de armazenar informações dos ativos descobertos no ambiente.

2.2.10 - Deve possuir um sistema de busca de informações de um determinado ativo com no mínimos as seguintes características.

2.2.10.1 - Por sistema operacional.

2.2.10.2 - Por um determinado software instalado.

2.2.10.3 - Por Ativos impactados por uma determinada vulnerabilidade.

2.2.11 - A solução deve possuir suporte para a adição de detecções personalizadas usando o OVAL (*Open Vulnerability Assessment Language*).

2.2.12 - A solução deve fornecer gerenciamento de fluxo de trabalho de correção com base em políticas, incluindo a criação e atribuição automática de registro de problema.

2.2.13 - Deve permitir aceitar o risco de uma determinada vulnerabilidade encontrada no ambiente.

2.2.14 - Possibilitar alterar a criticidade de determinada vulnerabilidade de forma manual.

2.2.15 - A solução deve possuir um sistema de pontuação e priorização das vulnerabilidades.

2.2.16 - Deve possuir mecanismo de priorização dinâmico baseado em algoritmos de inteligência artificial.

2.2.17 - A solução deve ser capaz de aplicar algoritmos de aprendizagem de máquina (*machine learning*) para analisar pelo menos 120 (cento e vinte) características relacionadas a vulnerabilidades.

2.2.18 - O sistema de pontuação e priorização de vulnerabilidades deve avaliar no mínimo as seguintes características:

2.2.18.1 - CVSSv3 *Impact Score*;

2.2.18.2 - Idade da Vulnerabilidade;

2.2.18.3 - Se existe ameaça ou exploit que explore a vulnerabilidade;

2.2.18.4 - Número de produtos afetados pela vulnerabilidade;

2.2.18.5 - Intensidade baseada no Número e Frequência de ameaças que utilizaram a vulnerabilidade ao longo do tempo.

2.2.19 - Deve ser capaz de fazer a correlação em tempo real de ameaças ativas contra vulnerabilidades encontradas, incluindo *feeds* de inteligência de ameaças ao vivo.

2.2.20 - Deve possuir uma API para automação de processos e integração com aplicações terceiras.

2.2.21 - A solução deve permitir a instalação de agentes em estações de trabalho e servidores, para varredura diretamente no sistema operacional.

2.2.22 - A solução deve possuir conectores para, no mínimo, as seguintes plataformas:

- a) Amazon Web Service (AWS);
- b) Microsoft Azure;
- c) Google Cloud Platform;
- d) Qualys Assets.

2.2.23 - A solução deve ser capaz de produzir relatórios nos seguintes formatos: PDF, CSV e HTML.

2.2.24 - A solução deve possuir recurso de monitoria passiva do tráfego de rede para identificação de anomalias, novos dispositivos e desvios de padrões observados.

2.2.25 - A solução deve ser licenciada para o uso de no mínimo 10 (dez) sensores passivos de rede para realizar o monitoramento em tempo real.

2.2.26 - Deve ser possível determinar em tempo real quais portas de serviços (UDP/TCP) estão abertas em determinado ativo.

2.2.27 - A solução deve ser capaz de realizar em tempo real a descoberta de novos ativos para no mínimo:

- a) Bancos de dados;
- b) *Hypervisors (no mínimo VMWare ESX/ESXi)*;
- c) Dispositivos móveis;
- d) Dispositivos de rede;
- e) *Endpoints*;
- f) Aplicações.

2.2.28 - Deve realizar em tempo real a identificação de informações sensíveis no tráfego de rede do ambiente.

2.2.29 - Permitir identificar vulnerabilidades associadas a servidores SQL no tráfego de rede em tempo real sem a necessidade de um agente.

2.2.30 - A solução deve possuir interface para integração com as principais soluções de SIEM de mercado, tais como IBM QRadar, Microfocus ArcSight e Splunk.

2.2.31 - A solução deve ser baseada em nuvem pública, com scanners próprios localizados em nuvem pública e scanners instalados na infraestrutura do cliente (on-premises).

2.2.32 - A solução deve possibilitar a realização de cópias de segurança, funcionamento em alta disponibilidade e criptografia de todos os dados armazenados, além de incluir todo o software e licenciamento necessários para o funcionamento completo de acordo com as funcionalidades previstas neste edital.

2.2.33 - A atualização das ameaças deve ocorrer diariamente e sem interrupção dos serviços.

2.2.34 - A atualização da infraestrutura da solução (servidores, bancos de dados, aplicações, sistemas operacionais e configurações) não devem provocar tempo de parada (downtime) superior a 08 (oito) horas por ano.

2.2.35 - A aquisição dos itens poderá ser composta em relação ao tempo. Por exemplo, para atender 750 ativos, por 3 anos, serão adquiridos 9 pacotes do item 1; para atender 20 FQDNs simultâneos por 3 anos, serão adquiridos 6 pacotes do item 2.

2.2.36 - Configuração de segurança e acesso à gerência da solução:

- a) A solução deve suportar autenticação de dois fatores para os usuários;
- b) Todos os dados armazenados nos servidores da solução devem ser criptografados e possuir logs de acesso;
- c) A solução deve permitir a criação de, no mínimo, 10 contas para gerência e acesso aos relatórios, sem custo adicional.

2.2.37 - Todas as licenças de uso de software devem ser registradas, na data da entrega, em nome da Contratante no site do fabricante.

2.2.38 - Dos Relatórios:

2.2.38.1 - Deve ser capaz de executar relatórios periódicos de acordo com a frequência estabelecida pelo administrador, bem como a geração de relatórios sob demanda.

2.2.38.2 - A solução deve possibilitar a criação de relatórios baseados na seleção de ativos, permitindo inclusive a seleção de todos os ativos existentes.

2.2.38.3 - Deve suportar a criação de relatórios criptografados (protegidos por senha configurável).

2.2.38.4 - A solução deve suportar o envio automático de relatórios para destinatários específicos.

2.2.38.5 - Deve ser possível definir a frequência na geração dos relatórios para no mínimo: Diário, Mensal, Semanal e Anual.

2.2.38.6 - Permitir especificar níveis de permissão nos relatórios para usuários e grupos específicos.

2.2.38.7 - A solução deve fornecer relatórios do tipo “*scorecard*” para as partes interessadas da empresa.

2.2.38.8 - A solução deve fornecer relatórios de correções aplicadas, classificados pelos seguintes critérios: tendência de ticket por grupo de ativos, usuários e vulnerabilidades.

2.2.39 - A solução deve permitir mecanismo de varredura baseado em inferência com técnicas de varredura não intrusivas.

2.2.40 - A solução deve possuir relatórios pré configurados com as seguintes informações:

2.2.40.1 - *Hosts* verificados sem credenciais.

2.2.40.2 - *Top* 100 Vulnerabilidades mais críticas.

2.2.40.3 - *Top* 10 *Hosts* infectados por *Malwares*.

2.2.40.4 - *Hosts* exploráveis por *Malwares*.

2.2.40.5 - Total de vulnerabilidades que podem ser exploradas pelo *Metasploit*.

2.2.40.6 - Vulnerabilidades críticas e exploráveis.

2.2.40.7 - Máquinas com vulnerabilidades que podem ser exploradas.

2.2.41 - A solução deve possuir dashboards customizáveis onde o administrador pode criar, editar ou remover painéis de acordo com a necessidade.

2.2.42 - A solução deve ser capaz de inventariar todos os ativos da rede local e publicados na Internet, sem limites de endereços IPs.

2.2.43 - A solução proposta nos lotes 01, 02 e 03 deve ser de mesmo fabricante, sem adaptações ou alterações não efetuadas pelo fabricante, disponível para gerenciamento em console central web unificado, sendo toda infraestrutura de aplicações, bancos de dados de vulnerabilidades, dashboards,

agentes e plugins também mantidas pelo mesmo fabricante, oferecida como serviço padrão.

2.2.44 - O fornecedor assinará, no ato da entrega das licenças e do serviço, Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme anexo IV), em que se comprometerá a não acessar, não divulgar e proteger todos os dados de infraestrutura e de vulnerabilidades do contratante a que tiver acesso, que abrangerá todos os seus colaboradores e terceiros, sob as penas da lei.

2.3 - ITEM 1, 4 e 7 – Plataforma de Software para Gestão de Vulnerabilidades

2.3.1 - A plataforma de software deve ser capaz de realizar varreduras (*scans*) de vulnerabilidades, de acordo com a quantidade de endereços IP licenciados.

2.3.2 - A plataforma de software deve ser licenciada para no mínimo 10 *scanners* (prevendo redundância).

2.3.3 - Deve permitir a configuração de vários painéis e *widgets*.

2.3.4 - Deve ser capaz de medir e reportar ameaças.

2.3.5 - Deve ser capaz de visualizar ameaças críticas ao ambiente monitorado.

2.3.6 - A plataforma de software deve realizar varreduras em uma variedade de sistemas operacionais, suportando pelo menos hosts baseados em Windows, Linux e Mac OS, bem como *appliances* virtuais.

2.3.7 - A plataforma de software deve suportar vários mecanismos de varredura distribuídos em diferentes localidades e regiões e gerenciar todos por uma console central.

2.3.8 - A plataforma de software deve fornecer agentes instaláveis em sistemas operacionais, pelo menos Windows, Linux e Mac OS, para o monitoramento contínuo de configurações e vulnerabilidades.

2.3.9 - A plataforma de software deve permitir o monitoramento por meio de agentes instalados, até o limite de licenças adquiridas, para varredura diretamente no sistema operacional.

2.3.10 - A plataforma de software deve incluir a capacidade de programar períodos de tempo e data onde varreduras não podem ser executadas, como por exemplo em determinados dias do mês ou determinados horários do dia.

2.3.11 - No caso onde uma atividade de varredura seja interrompida por invadir o período não permitido, o mesmo deve ser capaz de ser reiniciado de onde parou.

2.3.12 - A plataforma de software deve ser configurável para permitir a otimização das parametrizações de varredura.

2.3.13 - A plataforma de software deve permitir a entrada e o armazenamento seguro de credenciais do usuário, incluindo contas locais, de domínio (LDAP e *Active Directory*) e root para sistemas Linux.

2.3.14 - A plataforma de software deve fornecer a capacidade de escalar privilégios nos destinos, do acesso de usuário padrão até acesso de sistema ou administrativo.

2.3.15 - A plataforma de software deve ser capaz de realizar pesquisas de dados confidenciais.

2.4 - ITEM 2, 5 e 8 – Solução de Análise Dinâmica em Aplicações

Web

2.4.1 - A solução de análise deve realizar varreduras de vulnerabilidades em aplicações *Web*, cobrindo no mínimo, mas não limitando-se a base de ameaças apontadas pelo OWASP *Top 10*, CWE e WASC.

2.4.2 - A solução de análise deve ser capaz de analisar, testar e reportar falhas de segurança em aplicações *Web*.

2.4.3 - A solução de análise deverá ser capaz de executar varreduras em sistemas *Web* por meio de seus endereços IP ou FQDN (DNS).

2.4.4 - Deve suportar as diretivas PCI ASV 5.5 para definição de escopo de análise da aplicação.

2.4.5 - A solução de análise deve ser capaz de identificar vulnerabilidades de divulgação de dados, como vazamento de informações de identificação pessoal.

2.4.6 - Para varreduras do tipo extensas e detalhadas, deve varrer e auditar no mínimo os seguintes elementos:

- a) *Cookies*, *Headers*, Formulários e Links;
- b) Nomes e valores de parâmetros da aplicação;
- c) Elementos JSON e XML;
- d) Elementos DOM.

2.4.7 - Deverá também permitir a execução da função *crawler*, que consiste na navegação para descoberta das URLs existentes na aplicação.

2.4.8 - A solução de análise deve suportar a integração com o *software Selenium* para permitir sequências de autenticação complexas.

2.4.9 - A solução de análise deve ser capaz de realizar testes/varreduras em aplicações separadas, simultaneamente.

2.4.10 - Suporte a *Postman Collections* para testes de API REST.

2.4.11 - Suportar *override* de DNS para os testes de aplicações *Web*.

2.4.12 - A solução de análise deve oferecer suporte à capacidade de testar novamente a vulnerabilidade específica que foi detectada anteriormente no aplicativo *Web*.

2.4.13 - Deve ser capaz de utilizar scripts customizados de *crawling* com parâmetros definidos pelo usuário.

2.4.14 - Deve ser capaz de excluir determinadas URLs da varredura por meio de expressões regulares.

2.4.15 - Deve ser capaz de excluir determinados tipos de arquivos por meio de suas extensões.

2.4.16 - Deve ser capaz de instituir no mínimo os seguintes limites:

- a) Número máximo de URLs para *crawling* e navegação;
- b) Número máximo de diretórios para varreduras;
- c) Número máximo de elementos DOM;
- d) Tamanho máximo de respostas;
- e) Tempo máximo para a varredura;
- f) Número máximo de conexões HTTP(S) ao servidor hospedando a aplicação *Web*;
- g) Número máximo de requisições HTTP(S) por segundo.

2.4.17 - Deve ser capaz de agendar a varredura e determinar sua frequência entre uma única vez, diária, semanal, mensal e anual.

2.4.18 - Deve suportar o envio de notificações por email.

2.4.19 - Deverá ser compatível com avaliação de *web services* REST e SOAP.

2.4.20 - A solução de análise deve suportar os seguintes esquemas de autenticação:

- a) Autenticação Básica (*Digest*);
- b) NTLM;
- c) Autenticação de *Cookies*;
- d) Autenticação por meio de *Selenium*.

2.4.21 - Deve ser capaz de importar *scripts* de autenticação *Selenium* previamente configurados pelo usuário.

2.4.22 - Deve ser capaz de customizar parâmetros *Selenium* como: *delay* de exibição da página, *delay* de execução de comandos e *delay* de comandos para recepção de novos comandos.

2.4.23 - A solução de análise deve ser capaz de exibir os resultados das varreduras de forma temporal para acompanhamento de correções e introdução de novas vulnerabilidades.

2.4.24 - Os resultados devem ser apresentados agregados por vulnerabilidades ou por aplicações.

2.4.25 - Para cada vulnerabilidade encontrada, deve ser exibido detalhes e evidências.

2.4.26 - Cada vulnerabilidade encontrada deve conter também soluções propostas para mitigação ou remediação.

2.4.27 - Serviço de Detecção de *Malware*:

- a) A solução de análise deve utilizar a plataforma de gerenciamento de vulnerabilidades existente – Item 1, 4 e 7;
- b) A solução de análise deve ter a capacidade de varrer e identificar infecções por *malware* nas propriedades da aplicação *web*;
- c) A solução de análise deve suportar capacidade de detecção de *malware* de dia zero;
- d) A solução de análise deve permitir visualizar o acompanhamento das atividades de verificação, páginas infectadas e tendências de infecção por *malware*;
- e) A solução de análise deve fornecer relatórios de resumo geral de todas as aplicações web e resumo de uma aplicação específica, que serão exportados para os formatos HTML e PDF.

2.4.28 - A solução deve ser capaz de realizar varreduras nos seguintes componentes/aplicações:

- a) *WordPress*;
- b) *Blog Designer Plugin for Wordpress*;
- c) *Event Calendar Plugin for Wordpress*;
- d) *Convert Plus Plugin for Wordpress*;
- e) *Apache, Apache Tomcat, Apache Tomcat JK connector, Apache Spark, Apache Struts, Lighttpd, Nginx*;
- f) *Atlassian Confluence, Atlassian Crowd e Atlassian Jira*;
- g) *AngularJS, Backbone.js, ASP.NET, Bootstrap, Drupal, Joomla!, jQuery, Magento, Modernizr, PHP, AJAX, Sitefinity, Telerik, ThinkPHP, Webmin e YUI*;
- h) *JBoss EAS e WildFly*.

2.5 - ITEM 3, 6 e 9 – Instalação e Treinamento

2.5.1 - Efetuar as configurações iniciais, em conjunto com a Contratante, para uso da solução proposta, incluindo criação de *scans*, relatórios, filtros, permissões de usuários e demais funcionalidades da solução.

2.5.2 - Apoio na instalação de scanners e agentes on-premises.

2.5.3 - Promover treinamento à equipe técnica da Contratante para configurar, instalar componentes e operar a solução, com no mínimo 16 (dezesesseis) horas e para um mínimo de 8 (oito) participantes, nas dependências da contratante, em idioma Português.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – Da entrega:

3.1.1 – Do prazo de entrega/prestação de serviços:

3.1.1.1 – Para os itens 01 e 02: o fornecimento das licenças de software deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

3.1.1.2 – Para o item 03: a instalação, configuração, customização, criação de relatórios, filtros, criação de dashboards para gestão e operação, repasse básico para operação deverão ocorrer em até 07 (sete) dias corridos após a assinatura do contrato. O treinamento será agendado conforme disponibilidade das partes, mas em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato.

3.1.1.2.1 - Se o treinamento, não for executado em até 07 (sete) dias após a assinatura do contrato, deverá ser emitido um voucher para futura realização do mesmo, obedecendo ao prazo máximo disposto no item acima.

3.1.2 – Do local de entrega:

3.1.2.1 – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: as licenças deverão ser entregues e os serviços prestados no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no horário compreendido entre 12h e 19h, localizado na rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba – PR.

3.1.2.1.1 – As entregas e serviços deverão ser agendados previamente pelo telefone (41) 3330-8614, com o Sr. Zilmar de Souza Junior ou o Sr. Juarez de Oliveira.

3.1.2.2 – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (órgão participante): as entregas serão realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, rua Francisca Miquelina, nº 123, São Paulo/SP, CEP 13.160-000.

3.1.2.3 – Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (órgão participante): as entregas serão realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, avenida Getúlio Vargas, nº 225, Bairro São Pedro, Boa Vista/RR, CEP 69.306-050.

3.2 - Do fornecimento das licenças de software:

3.2.1 - Fornecer todas as licenças de software necessárias para utilização completa da solução, pelos períodos adquiridos.

3.2.2 - Registrar, junto aos fabricantes e em nome da contratante, todas as assinaturas de licenças de software ofertadas.

3.3 - Das demais obrigações da contratada:

3.3.1 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações constante neste Termo de Referência, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os produtos/prestar os serviços, nos prazos indicados.

3.3.2 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE-PR, credenciando junto ao órgão, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto.

3.3.3 - Assinar, pelo seu responsável legal, Termo de Sigilo e Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo IV, garantindo o sigilo e a confidencialidade dos dados a que vier a ter contato durante a instalação e durante a utilização da solução de software.

3.3.4 - A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

4.1 – Receber o objeto conforme abaixo:

4.1.1 – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná:

4.1.1.1 - Do recebimento provisório: será feito no ato da entrega das licenças, pelo servidor Zilmar de Souza Junior (SIDS), ou seus substitutos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.1.2 - Do recebimento definitivo: será feito pelo servidor Zilmar de Souza Junior (SIDS), ou seus substitutos, após o treinamento ou entrega do voucher, o que ocorrer primeiro.

4.1.2 – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (órgãos participantes): o recebimento será efetuado em conformidade com as orientações destes órgãos.

4.2 - Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas no edital.

4.3 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado.

4.4 - Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.

4.5 - Promover, por meio de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - As licitantes deverão efetuar suas cotações seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de participar da licitação aqueles que não puderem atender às condições do edital.

5.2 – Esclarecimento de dúvidas:

5.2.1 – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: Dúvidas referentes à contratação poderão ser sanadas com o servidor Marcelo Charan, pelo telefone: (41) 3330-8621 ou 3339-8681, das 12:00 horas às 19:00 horas.

5.2.2 – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (órgão participante): para eventuais esclarecimentos de dúvidas ou agendamento de entrega, os licitantes poderão contatar a servidora Silvana Sales Scardini em São Paulo/SP pelo e-

mail silvana.scardini@tre-sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3130-2175.

5.2.3 – Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (órgão participante): para eventuais esclarecimentos de dúvidas ou agendamento de entrega, os licitantes poderão contatar a servidora Cassia Cavalcante Alves em Roraima/RR pelo e-mail cassia@tre-rr.jus.br ou pelo telefone (95) 2121-7017.

ANEXO II – Proposta Detalhada

Objeto: Aquisição de solução de gestão de vulnerabilidades que inclui análise e varreduras de ativos, auditoria de configuração e análise de vulnerabilidades em aplicações Web.

A licitante, antes de apresentar sua proposta, DEVERÁ ler atentamente todas as condições deste edital (objeto, obrigações, responsabilidades, etc.), não podendo alegar, depois do certame concluído ou durante a execução do serviço, desconhecimento ou mesmo alegar que cotou erroneamente.

1. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS

Descrição completa de todos os softwares (incluindo fabricante, modelo, versão, *partnumbers* e quantidades),

Descrição dos serviços de instalação, configuração e treinamento para uso inicial da solução, incluindo quantidade de horas.

Item 1, 4 e 7:

Item 2, 5 e 8:

Item 3, 6 e 9:



TRE
PARANÁ

ANEXO III

“MINUTA”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/2019, nº 7.892/13 (com redação dada pelo Decreto nº 9.488/2018) e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 03/2020 (PAD 3275/2019)**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
RG nº
CPF nº
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

Conforme quadro a seguir:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE			VALOR MÁXIMO ESTIMÁVEL UNITÁRIO (R\$)
			TRE/PR	TRE-SP	TRE-RR	
...						

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **solução unificada de gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web**, compreendendo aquisição de serviços de software e suporte 24x7, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (Órgão Gerenciador), do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (Órgãos Participantes), conforme o Edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do **órgão gerenciador**:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e órgãos participantes a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem **obrigações do fornecedor**:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação;
- b) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- c) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) prestar os serviços solicitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato.
- e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contadas da data registrada no SIASG.

3.2 – Não será permitida a adesão à esta Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades que não participaram do certame licitatório.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor formalmente designado para este fim, que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 – O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços ora contratada, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a prestação dos serviços e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise

dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar na pena de suspensão do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigam-se a realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02 fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual (Anexo V).

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de

preço, não o desobriga da prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2020.

(Assinatura Representante legal)
Nome:
CARGO:

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral do TRE/PR

ANEXO IV

TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

A empresa _____, neste ato representada por _____, declara que manterá sigilo de qualquer dado ou informação coletada do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná** a que tiver acesso durante o contrato de uso de softwares de gestão de vulnerabilidades e análise de aplicações web, adquirido pela contratante no edital PE ____/2020, adotando políticas e boas práticas de segurança da informação, que incluem seus colaboradores diretos, terceirizados, parceiros, fornecedores de software e administradores de serviços de computação em nuvem.

Declara ainda estar ciente da responsabilidade objetiva pelo vazamento ou adulteração de dados, inclusive os de uso pessoal, nos termos da lei.

Nome Completo	Assinatura

Cargo ou Função	Empresa Licitante

Local	Data

Termo de Sigilo e Confidencialidade
Classificação da Informação – Uso Interno



CONTRATO Nº.20.....

PAD nº 3.275/2019

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que
entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21.06.93, regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/2019 e nº 8.538/2015, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 53/2019, Pregão Eletrônico nº.2020 - **Registro de Preços**, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº 3.275/2019, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas;

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ nº., com sede, neste ato representada pelo Sr....., portador do CPF nº., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Aquisição de solução unificada de **gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web**, compreendendo aquisição de serviços de software e suporte 24x7, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme abaixo:

(Adequar o item e quantidade conforme o pedido do item respectivo)

LOTE	Item	Código SIASG	DESCRIÇÃO	Quantidade
1	1	27502	Licenciamento de plataforma de gestão de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede, contemplando no mínimo 250 endereços IP, por ano de uso.
	2	27502	Licenciamento para solução de análise dinâmica em aplicações Web, pacote para 10 domínios (FQDN), por ano de uso.
	3	20052	Instalação, configuração e treinamento inicial para uso da solução, com período mínimo de 16 horas

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do instrumento convocatório, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 – Características Gerais:

2.1.1 - A solução deve ser capaz de realizar varreduras (*scans*) de vulnerabilidades, avaliação de configuração e conformidade (*baseline* e *compliance*), indícios e padrões de códigos maliciosos conhecidos (*malware*).

2.1.2 - A solução deve possuir recurso de varredura ativa, onde o scanner comunica-se com os alvos (ativos) por meio da rede.

2.1.3 - A solução de gestão de vulnerabilidades deve suportar varreduras de dispositivos de IoT.

2.1.4 - Deve ser capaz de identificar no mínimo 45.000 CVEs (*Common Vulnerabilities and Exposures*).

2.1.5 - A solução deve ter a capacidade de adicionar etiquetas (*tags*) aos ativos de maneira automática, manual e possibilitar o uso de regras com parâmetros específicos para aplicação das mesmas.

2.1.6 - Deve atribuir a todas as vulnerabilidades uma severidade baseada no *CVSSv3 score*.

2.1.7 - A solução deve calcular a criticidade com base nos dados agregados e consolidados do ativo, dados de segurança, sistema e conformidade, bem como hierarquias e prioridades.

2.1.8 - A solução deve fornecer criptografia de ponta a ponta dos dados de vulnerabilidades.

2.1.9 - A solução deve possuir a capacidade de armazenar informações dos ativos descobertos no ambiente.

2.1.10 - Deve possuir um sistema de busca de informações de um determinado ativo com no mínimos as seguintes características.

2.1.10.1 - Por sistema operacional.

2.1.10.2 - Por um determinado software instalado.

2.1.10.3 - Por Ativos impactados por uma determinada vulnerabilidade.

2.1.11 - A solução deve possuir suporte para a adição de detecções personalizadas usando o OVAL (*Open Vulnerability Assessment Language*).

2.1.12 - A solução deve fornecer gerenciamento de fluxo de trabalho de correção com base em políticas, incluindo a criação e atribuição automática de registro de problema.

2.1.13 - Deve permitir aceitar o risco de uma determinada vulnerabilidade encontrada no ambiente.

2.1.14 - Possibilitar alterar a criticidade de determinada vulnerabilidade de forma manual.

2.1.15 - A solução deve possuir um sistema de pontuação e priorização das vulnerabilidades.

2.1.16 - Deve possuir mecanismo de priorização dinâmico baseado em algoritmos de inteligência artificial.

2.1.17 - A solução deve ser capaz de aplicar algoritmos de aprendizagem de máquina (*machine learning*) para analisar pelo menos 120 (cento e vinte) características relacionadas a vulnerabilidades.

2.1.18 - O sistema de pontuação e priorização de vulnerabilidades deve avaliar no mínimo as seguintes características:

2.1.18.1 - CVSSv3 *Impact Score*;

2.1.18.2 - Idade da Vulnerabilidade;

2.1.18.3 - Se existe ameaça ou exploit que explore a vulnerabilidade;

2.1.18.4 - Número de produtos afetados pela vulnerabilidade;

2.1.18.5 - Intensidade baseada no Número e Frequência de ameaças que utilizaram a vulnerabilidade ao longo do tempo.

2.1.19 - Deve ser capaz de fazer a correlação em tempo real de ameaças ativas contra vulnerabilidades encontradas, incluindo *feeds* de inteligência de ameaças ao vivo.

2.1.20 - Deve possuir uma API para automação de processos e integração com aplicações terceiras.

2.1.21 - A solução deve permitir a instalação de agentes em estações de trabalho e servidores, para varredura diretamente no sistema operacional.

2.1.22 - A solução deve possuir conectores para, no mínimo, as seguintes plataformas:

- a) Amazon Web Service (AWS);
- b) Microsoft Azure;
- c) Google Cloud Platform;
- d) Qualys Assets.

2.1.23 - A solução deve ser capaz de produzir relatórios nos seguintes formatos: PDF, CSV e HTML.

2.1.24 - A solução deve possuir recurso de monitoria passiva do tráfego de rede para identificação de anomalias, novos dispositivos e desvios de padrões observados.

2.1.25 - A solução deve ser licenciada para o uso de no mínimo 10 (dez) sensores passivos de rede para realizar o monitoramento em tempo real.

2.1.26 - Deve ser possível determinar em tempo real quais portas de serviços (UDP/TCP) estão abertas em determinado ativo.

2.1.27 - A solução deve ser capaz de realizar em tempo real a descoberta de novos ativos para no mínimo:

- a) Bancos de dados;
- b) *Hypervisors (no mínimo VMWare ESX/ESXi);*
- c) Dispositivos móveis;
- d) Dispositivos de rede;
- e) *Endpoints;*
- f) Aplicações.

2.1.28 - Deve realizar em tempo real a identificação de informações sensíveis no tráfego de rede do ambiente.

2.1.29 - Permitir identificar vulnerabilidades associadas a servidores SQL no tráfego de rede em tempo real sem a necessidade de um agente.

2.1.30 - A solução deve possuir interface para integração com as principais soluções de SIEM de mercado, tais como IBM QRadar, Microfocus ArcSight e Splunk.

2.1.31 - A solução deve ser baseada em nuvem pública, com scanners próprios localizados em nuvem pública e scanners instalados na infraestrutura do cliente (on-premises).

2.1.32 - A solução deve possibilitar a realização de cópias de segurança, funcionamento em alta disponibilidade e criptografia de todos os dados armazenados, além de incluir todo o software e licenciamento necessários para o funcionamento completo de acordo com as funcionalidades previstas neste edital.

2.1.33 - A atualização das ameaças deve ocorrer diariamente e sem interrupção dos serviços.

2.1.34 - A atualização da infraestrutura da solução (servidores, bancos de dados, aplicações, sistemas operacionais e configurações) não devem provocar tempo de parada (downtime) superior a 08 (oito) horas por ano.

2.1.35 - A aquisição dos itens poderá ser composta em relação ao tempo. Por exemplo, para atender 750 ativos, por 3 anos, serão adquiridos 9 pacotes do item 1; para atender 20 FQDNs simultâneos por 3 anos, serão adquiridos 6 pacotes do item 2.

2.1.36 - Configuração de segurança e acesso à gerência da solução:

- a) A solução deve suportar autenticação de dois fatores para os usuários;
- b) Todos os dados armazenados nos servidores da solução devem ser criptografados e possuir logs de acesso;
- c) A solução deve permitir a criação de, no mínimo, 10 contas para gerência e acesso aos relatórios, sem custo adicional.

2.1.37 - Todas as licenças de uso de software devem ser registradas, na data da entrega, em nome da Contratante no site do fabricante.

2.1.38 - Dos Relatórios:

2.1.38.1 - Deve ser capaz de executar relatórios periódicos de acordo com a frequência estabelecida pelo administrador, bem como a geração de relatórios sob demanda.

2.1.38.2 - A solução deve possibilitar a criação de relatórios baseados na seleção de ativos, permitindo inclusive a seleção de todos os ativos existentes.

2.1.38.3 - Deve suportar a criação de relatórios criptografados (protegidos por senha configurável).

2.1.38.4 - A solução deve suportar o envio automático de relatórios para destinatários específicos.

2.1.38.5 - Deve ser possível definir a frequência na geração dos relatórios para no mínimo: Diário, Mensal, Semanal e Anual.

2.1.38.6 - Permitir especificar níveis de permissão nos relatórios para usuários e grupos específicos.

2.1.38.7 - A solução deve fornecer relatórios do tipo "*scorecard*" para as partes interessadas da empresa.

2.1.38.8 - A solução deve fornecer relatórios de correções aplicadas, classificados pelos seguintes critérios: tendência de ticket por grupo de ativos, usuários e vulnerabilidades.

2.1.39 - A solução deve permitir mecanismo de varredura baseado em inferência com técnicas de varredura não intrusivas.

2.1.40 - A solução deve possuir relatórios pré configurados com as seguintes informações:

2.1.40.1 - *Hosts* verificados sem credenciais.

2.1.40.2 - *Top 100* Vulnerabilidades mais críticas.

2.1.40.3 - *Top 10 Hosts* infectados por *Malwares*.

2.1.40.4 - *Hosts* exploráveis por *Malwares*.

2.1.40.5 - Total de vulnerabilidades que podem ser exploradas pelo *Metasploit*.

2.1.40.6 - Vulnerabilidades críticas e exploráveis.

2.1.40.7 - Máquinas com vulnerabilidades que podem ser exploradas.

2.1.41 - A solução deve possuir dashboards customizáveis onde o administrador pode criar, editar ou remover painéis de acordo com a necessidade.

2.1.42 - A solução deve ser capaz de inventariar todos os ativos da rede local e publicados na Internet, sem limites de endereços IPs.

2.1.43 - A solução proposta deve ser de mesmo fabricante, sem adaptações ou alterações não efetuadas pelo fabricante, disponível para gerenciamento em console central web unificado, sendo toda infraestrutura de aplicações, bancos de dados de vulnerabilidades, dashboards, agentes e plugins também mantidas pelo mesmo fabricante, oferecida como serviço padrão.

2.1.44 - O fornecedor assinará, no ato da entrega das licenças e do serviço, Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme anexo IV), em que se comprometerá a não acessar, não divulgar e proteger todos os dados de infraestrutura e de vulnerabilidades do contratante a que tiver acesso, que abrangerá todos os seus colaboradores e terceiros, sob as penas da lei.

2.2 - ITEM 1 – Plataforma de Software para Gestão de Vulnerabilidades

2.2.1 - A plataforma de software deve ser capaz de realizar varreduras (*scans*) de vulnerabilidades, de acordo com a quantidade de endereços IP licenciados.

2.2.2 - A plataforma de software deve ser licenciada para no mínimo 10 *scanners* (prevendo redundância).

2.2.3 - Deve permitir a configuração de vários painéis e *widgets*.

2.2.4 - Deve ser capaz de medir e reportar ameaças.

2.2.5 - Deve ser capaz de visualizar ameaças críticas ao ambiente monitorado.

2.2.6 - A plataforma de software deve realizar varreduras em uma variedade de sistemas operacionais, suportando pelo menos hosts baseados em Windows, Linux e Mac OS, bem como *appliances* virtuais.

2.2.7 - A plataforma de software deve suportar vários mecanismos de varredura distribuídos em diferentes localidades e regiões e gerenciar todos por uma console central.

2.2.8 - A plataforma de software deve fornecer agentes instaláveis em sistemas operacionais, pelo menos Windows, Linux e Mac OS, para o monitoramento contínuo de configurações e vulnerabilidades.

2.2.9 - A plataforma de software deve permitir o monitoramento por meio de agentes instalados, até o limite de licenças adquiridas, para varredura diretamente no sistema operacional.

2.2.10 - A plataforma de software deve incluir a capacidade de programar períodos de tempo e data onde varreduras não podem ser executadas, como por exemplo em determinados dias do mês ou determinados horários do dia.

2.2.11 - No caso onde uma atividade de varredura seja interrompida por invadir o período não permitido, o mesmo deve ser capaz de ser reiniciado de onde parou.

2.2.12 - A plataforma de software deve ser configurável para permitir a otimização das parametrizações de varredura.

2.2.13 - A plataforma de software deve permitir a entrada e o armazenamento seguro de credenciais do usuário, incluindo contas locais, de domínio (LDAP e *Active Directory*) e root para sistemas Linux.

2.2.14 - A plataforma de software deve fornecer a capacidade de escalar privilégios nos destinos, do acesso de usuário padrão até acesso de sistema ou administrativo.

2.2.15 - A plataforma de software deve ser capaz de realizar pesquisas de dados confidenciais.

2.3 - ITEM 2 – Solução de Análise Dinâmica em Aplicações Web

2.3.1 - A solução de análise deve realizar varreduras de vulnerabilidades em aplicações *Web*, cobrindo no mínimo, mas não limitando-se a base de ameaças apontadas pelo OWASP *Top 10*, CWE e WASC.

2.3.2 - A solução de análise deve ser capaz de analisar, testar e reportar falhas de segurança em aplicações *Web*.

2.3.3 - A solução de análise deverá ser capaz de executar varreduras em sistemas *Web* por meio de seus endereços IP ou FQDN (DNS).

2.3.4 - Deve suportar as diretivas PCI ASV 5.5 para definição de escopo de análise da aplicação.

2.3.5 - A solução de análise deve ser capaz de identificar vulnerabilidades de divulgação de dados, como vazamento de informações de identificação pessoal.

2.3.6 - Para varreduras do tipo extensas e detalhadas, deve varrer e auditar no mínimo os seguintes elementos:

- a) *Cookies, Headers*, Formulários e Links;
- b) Nomes e valores de parâmetros da aplicação;
- c) Elementos JSON e XML;
- d) Elementos DOM.

2.3.7 - Deverá também permitir a execução da função *crawler*, que consiste na navegação para descoberta das URLs existentes na aplicação.

2.3.8 - A solução de análise deve suportar a integração com o *software Selenium* para permitir sequências de autenticação complexas.

2.3.9 - A solução de análise deve ser capaz de realizar testes/varreduras em aplicações separadas, simultaneamente.

2.3.10 - Suporte a *Postman Collections* para testes de API REST.

2.3.11 - Suportar *override* de DNS para os testes de aplicações *Web*.

2.3.12 - A solução de análise deve oferecer suporte à capacidade de testar novamente a vulnerabilidade específica que foi detectada anteriormente no aplicativo *Web*.

2.3.13 - Deve ser capaz de utilizar scripts customizados de *crawling* com parâmetros definidos pelo usuário.

2.3.14 - Deve ser capaz de excluir determinadas URLs da varredura por meio de expressões regulares.

2.3.15 - Deve ser capaz de excluir determinados tipos de arquivos por meio de suas extensões.

2.3.16 - Deve ser capaz de instituir no mínimo os seguintes limites:

- a) Número máximo de URLs para *crawling* e navegação;
- b) Número máximo de diretórios para varreduras;
- c) Número máximo de elementos DOM;
- d) Tamanho máximo de respostas;
- e) Tempo máximo para a varredura;
- f) Número máximo de conexões HTTP(S) ao servidor hospedando a aplicação *Web*;
- g) Número máximo de requisições HTTP(S) por segundo.

2.3.17 - Deve ser capaz de agendar a varredura e determinar sua frequência entre uma única vez, diária, semanal, mensal e anual.

2.3.18 - Deve suportar o envio de notificações por email.

2.3.19 - Deverá ser compatível com avaliação de *web services* REST e SOAP.

2.3.20 - A solução de análise deve suportar os seguintes esquemas de autenticação:

- a) Autenticação Básica (*Digest*);
- b) NTLM;
- c) Autenticação de *Cookies*;
- d) Autenticação por meio de *Selenium*.

2.3.21 - Deve ser capaz de importar *scripts* de autenticação *Selenium* previamente configurados pelo usuário.

2.3.22 - Deve ser capaz de customizar parâmetros *Selenium* como: *delay* de exibição da página, *delay* de execução de comandos e *delay* de comandos para recepção de novos comandos.

2.3.23 - A solução de análise deve ser capaz de exibir os resultados das varreduras de forma temporal para acompanhamento de correções e introdução de novas vulnerabilidades.

2.3.24 - Os resultados devem ser apresentados agregados por vulnerabilidades ou por aplicações.

2.3.25 - Para cada vulnerabilidade encontrada, deve ser exibido detalhes e evidências.

2.3.26 - Cada vulnerabilidade encontrada deve conter também soluções propostas para mitigação ou remediação.

2.3.27 - Serviço de Detecção de *Malware*:

- a) A solução de análise deve utilizar a plataforma de gerenciamento de vulnerabilidades existente – Item 1;
- b) A solução de análise deve ter a capacidade de varrer e identificar infecções por *malware* nas propriedades da aplicação *web*;
- c) A solução de análise deve suportar capacidade de detecção de *malware* de dia zero;

- d) A solução de análise deve permitir visualizar o acompanhamento das atividades de verificação, páginas infectadas e tendências de infecção por *malware*;
- e) A solução de análise deve fornecer relatórios de resumo geral de todas as aplicações web e resumo de uma aplicação específica, que serão exportados para os formatos HTML e PDF.

2.3.28 - A solução deve ser capaz de realizar varreduras nos seguintes componentes/aplicações:

- a) *WordPress*;
- b) *Blog Designer Plugin for Wordpress*;
- c) *Event Calendar Plugin for Wordpress*;
- d) *Convert Plus Plugin for Wordpress*;
- e) *Apache, Apache Tomcat, Apache Tomcat JK connector, Apache Spark, Apache Struts, Lighttpd, Nginx*;
- f) *Atlassian Confluence, Atlassian Crowd e Atlassian Jira*;
- g) *AngularJS, Backbone.js, ASP.NET, Bootstrap, Drupal, Joomla!, jQuery, Magento, Modernizr, PHP, AJAX, Sitefinity, Telerik, ThinkPHP, Webmin e YUI*;
- h) *JBoss EAS e WildFly*.

2.4 - ITEM 3 – Instalação e Treinamento

2.4.1 - Efetuar as configurações iniciais, em conjunto com a Contratante, para uso da solução proposta, incluindo criação de *scans*, relatórios, filtros, permissões de usuários e demais funcionalidades da solução.

2.4.2 - Apoio na instalação de scanners e agentes on-premises.

2.4.3 - Promover treinamento à equipe técnica da Contratante para configurar, instalar componentes e operar a solução, com no mínimo 16 (dezesesseis) horas e para um mínimo de 8 (oito) participantes, nas dependências da contratante, em idioma Português.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 - Do recebimento provisório: será feito no ato da entrega das licenças, pelo servidor devidamente designado, ou seus substitutos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato.

3.2 - Do recebimento definitivo: será feito pelo mesmo servidor ou seus substitutos, após o treinamento ou entrega do voucher, o que ocorrer primeiro

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Da entrega:

4.1.1 – Do prazo de entrega/prestação de serviços:

4.1.1.1 – Para os itens 01 e 02: o fornecimento das licenças de software deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

4.1.1.2 – Para o item 03: a instalação, configuração, customização, criação de relatórios, filtros, criação de dashboards para gestão e operação, repasse básico para operação deverão ocorrer em até 07 (sete) dias corridos após a assinatura do contrato. O treinamento será agendado conforme disponibilidade das partes, mas em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de assinatura do contrato.

4.1.1.2.1 - Se o treinamento, não for executado em até 07 (sete) dias após a assinatura do contrato, deverá ser emitido um voucher para futura realização do mesmo, obedecendo ao prazo máximo disposto no item acima.

4.1.2 – Do local de entrega: as licenças deverão ser entregues e os serviços prestados no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no horário compreendido entre 12h e 19h, localizado na rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba – PR. Na SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DATACENTER E SERVIDORES - SIDS

4.1.2.1.1 – As entregas e serviços deverão ser agendados previamente pelo telefone (41) 3330-8614, com o Sr. Zilmar de Souza Junior ou o Sr. Juarez de Oliveira.

4.2 - Do fornecimento das licenças de software:

4.2.1 - Fornecer todas as licenças de software necessárias para utilização completa da solução, pelos períodos adquiridos.

4.2.2 - Registrar, junto aos fabricantes e em nome da contratante, todas as assinaturas de licenças de software ofertadas.

4.3 - Das demais obrigações da contratada:

4.3.1 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações constante neste Contrato de Referência, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os produtos/prestar os serviços, nos prazos indicados.

4.3.2 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE-PR, credenciando junto ao órgão, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto.

4.3.3 - Assinar, pelo seu responsável legal, Termo de Sigilo e Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo IV, garantindo o sigilo e a confidencialidade dos dados a que vier a ter contato durante a instalação e durante a utilização da solução de software.

4.3.4 - A contratada obrigar-se-á em manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4.4 - Manter durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho;
Nota de Empenho:, emitida em/....../.....;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:

Código do siasg:

1- 27502
2 -27502
3- 20052

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente contrato vigorará pelo período de **04 (quatro) meses**, a partir do dia, **a**, podendo ser rescindido antecipadamente nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 – Pela execução dos serviços, o Contratante pagará à Contratada, o valor total de R\$ (.....), conforme abaixo:

LOT E	Item	quant	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
1	1		Licenciamento de plataforma de gestão de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede, contemplando no mínimo 250 endereços IP, por ano de uso.	
	2		Licenciamento para solução de análise dinâmica em aplicações Web, pacote para 10 domínios (FQDN), por ano de uso.	
	3		Instalação, configuração e treinamento inicial para uso da solução, com período mínimo de 16 horas	

7.1.1 – O pagamento será realizado em etapas, conforme abaixo:

- a) **Itens 01 e 02** – após o recebimento das licenças;
- b) **Item 03** – após a realização do treinamento ou entrega do voucher, o que ocorrer primeiro.

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, sids@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet/documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais,
- Número do contrato;
- Banco; Agência; Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

7.2.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1. - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento ocorrerá em parcela única e será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, no prazo de **até 20 (vinte) dias** corridos a partir do atestado pelo gestor do contrato.

7.3.2.1 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.3.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.4 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.3.5 - Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

7.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C.116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja

o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 – O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano, encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO GESTOR DO CONTRATO

10.1 – A fiscalização e gestão da presente contratação serão realizadas por servidores formalmente designados para este fim.

10.2 – Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos Gestores:

- a) Receber e atestar o documento fiscal referente à aquisição, encaminhando-o ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento;
- b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições do edital, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.
- c) Comunicar à CONTRATADA, via e-mail, carta ou ofício, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto, fixando prazos para solução dos problemas identificados e correções.
- d) Se a inexecução persistir, o Gestor deverá criar um Processo Administrativo Digital (PAD) específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, por meio de formulário específico, anexando-se cópia do comunicado referido no subitem anterior, referente à intenção de abertura de processo administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8666/93:

a) Advertência: faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo na prestação dos serviços.

b) Multas:

b.1. De 1% (um por cento) ao dia, até o limite máximo de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do respectivo item, a cada ocorrência de atraso injustificado nos prazos de:

- a) Entrega das licenças (itens 1 e 2);
- b) Início e/ou conclusão dos treinamentos (item 3);
- c) Início, atendimento e/ou conclusão da manutenção/chamado do suporte;
- d) Substituição do objeto recusado ou com vícios;

b.1.1. Após o 15º (décimo quinto) dia de atraso dos prazos previstos, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como não executado.

b.2. De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do respectivo item a cada ocorrência de:

- a) Recusa injustificada em executar o respectivo item, desde que configure inexecução parcial;
- b) Entrega parcial das licenças (itens 1 e 2)
- c) Execução parcial do treinamento (item 3);
- d) Execução parcial da instalação e configuração (item 3);
- e) Não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;
- f) Outras hipóteses de inexecução parcial.

b.3. De 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do item adjudicado, nos casos de:

- a) Recusa injustificada em executar o respectivo item, desde que configure inexecução total;
- b) Recusa injustificada em iniciar a entrega das licenças (itens 1 e 2);
- c) Recusa injustificada em iniciar a instalação/treinamento (item 3);
- d) Não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- e) Outras hipóteses de inexecução total do objeto.

b.4. De 30% (trinta por cento) sobre o valor total do item adjudicado no caso de descumprimento do Termo de Sigilo e Responsabilidade.

b.5. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, desde que motivadas por fatos diversos.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.2 - As multas imputadas à CONTRATADA, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.3 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

13.2 - Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba,de de 20.....

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretoria-Geral - TRE/PR
p/Contratante